

ENTRETEXTOS. Londrina, v. 25, n. 4, 2025. Especial.
ISSN 1519-5392 UEL
DOI: 0.5433/1519-5392.2025v25n4p112-126

Português como língua de acolhimento e produção acadêmica: um panorama

Portuguese as host language and academic production: an overview

Portugués como lengua de acogida y producción académica: un panorama

Laura Janaina Dias Amato¹

 0000-0003-0339-1185

RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar um panorama geral de teses e dissertações defendidas entre os anos de 2002 – 2022 cuja palavra-chave no banco de Catálogo de Teses e Dissertações da Capes esteja vinculada ao vocábulo “português como língua de acolhimento”, doravante PLAc. Tal artigo é fruto de uma pesquisa exploratória de projetos de pesquisa e extensão ligados a essa temática, com o intuito de compreender o estudo da arte nos últimos anos e sua crescente produção e interesse acadêmico. Com essa busca, pudemos observar uma concentração de pesquisas executadas na região Sudeste, em especial no Estado de Minas Gerais, apresentando este Estado como grande polo de produção acadêmica da área de PLAc. Outro destaque da pesquisa é o aspecto temporal, no qual observamos uma demanda crescente no último triênio em trabalhos que utilizam o conceito de PLAc em seus construtos teóricos, assim como observamos uma tardia implementação deste termo no Brasil. Por fim, a análise das palavras-chave dos trabalhos selecionados revela uma baixa preocupação na elaboração de políticas públicas e na formação docente para a área.

PALAVRAS-CHAVE: PLAc; Teses e dissertações; Formação docente.

ABSTRACT: The present work aims to present an overview of theses and dissertations defended between the years 2002 – 2022 whose keyword in the Capes Catalog of Theses and Dissertations is linked to the word “Portuguese as a host language”, hereinafter PHL. This article is the result of an exploratory survey of research and extension projects linked to this theme, with the aim of understanding the state of the art in recent years and its growing academic production and interest. Through this search, we were able to observe a concentration of research carried out in the Southeast region, especially in the State of Minas Gerais, which presents this State as a major hub of academic production in the PHL area. Another highlight of the research is the temporal aspect, in which we observed a growing demand for works that use the concept of PHL in their theoretical constructs, as well as a late

¹ Doutora em Letras. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail:
laura.amato@unila.edu.br

implementation of this term in Brazil. Finally, the analysis of the keywords of the selected works reveals a low level of concern in the development of public policies and teacher training for the area.

KEYWORDS: PHL; Theses and dissertations; Teacher training.

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo presentar un panorama general de las tesis y disertaciones defendidas entre los años 2002 – 2022 cuya palabra clave en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Capes está vinculada a la palabra “portugués como lengua de acogida”, en adelante PLAc. Este artículo es el resultado de un recorrido exploratorio de proyectos de investigación y extensión relacionados con esta temática, con el fin de comprender el estudio del arte en los últimos años, marcado por un creciente interés académico. Con esta búsqueda, pudimos observar una concentración significativa de investigaciones realizadas en la región Sudeste, especialmente en el Estado de Minas Gerais, que se consolida como un importante polo de producción académica en el área del PLAc. Otro destaque de la investigación es el aspecto temporal, en el que observamos una demanda creciente en los últimos tres años de trabajos que utilizan el concepto de PLAc en sus constructos teóricos, así como una implementación tardía de este término en Brasil. Finalmente, el análisis de las palabras clave de los trabajos seleccionados evidencia un bajo nivel de preocupación en el desarrollo de políticas públicas y formación docente para esta área.

PALABRAS CLAVE: PLAc; Tesis y disertaciones; Formación docente.

De qual perspectiva partimos

Em 2022, segundo dados do Relatório de Tendências Global da ACNUR (Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), havia no mundo mais de 108 milhões de deslocados forçados (UNCHR, 2023), um aumento de mais de 19 milhões de pessoas em relação ao ano anterior. Esses dados sofreram este acréscimo principalmente pelo conflito na Europa, entre Rússia e Ucrânia, e na Ásia, no Afeganistão e na Síria. Conforme esse mesmo relatório, “41% de todos os refugiados são crianças” (UNCHR, 2023, p. 17).

No Brasil, o número de solicitações de refúgio em 2022 ultrapassou os 50 mil, um aumento de quase 60%, considerando o ano anterior (Silva *et al.*, 2023), sendo o maior número de solicitantes advindos de países latino-americanos. Do total de pedidos, 96% podem ser considerados de uma população economicamente ativa, isto é, pessoas que estão ou em breve serão inseridas no mercado de trabalho, necessitando, assim, de um conhecimento rápido e urgente da língua portuguesa para a plena integração social, via laboral. Outro dado que merece destaque é o registro de autorização de residência, que foi de “mais de 243 mil autorizações em

2022, um aumento de 72 mil autorizações, se considerarmos dados pré-pandêmicos” (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023, p. 12). Novamente, observamos que o maior número de migrantes é do continente latino-americano e que a maior parte de pedidos é de grupo populacional de até 40 anos, ou seja, vemos, mais uma vez, um grupo de idade ativa, superando uma “força de trabalho mais madura” – de mais de 40 anos (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023, p. 15). Tal força de trabalho também é vista quando analisamos o registro de migrantes que executam um trabalho formal. Conforme Cavalcanti, Oliveira e Silva (2023), observa-se a presença de trabalhadores migrantes em todas as regiões do país, com uma representação maior nos estados do Sul.

Esses dados são fundamentais para observarmos o crescente aumento de migrantes de crise no Brasil e um foco predominante de uma migração sul-sul.

Destacamos aqui que, mesmo sabendo da diferença do status jurídico entre migrantes e refugiados, utilizamos o conceito de migração de crise ampliado e aprofundado por Baeninger e Peres (2017). As autoras, apoiadas em Noin (1995) e Clochard (2007), ampliam a visão do conceito de migração de crise, pois incorporam

[...] imigrantes com a condição jurídica de refugiado, imigrantes solicitantes de refúgio, imigrantes com ‘refúgio humanitário’, crise humanitária e imigrantes refugiados ambientais. Estas categorias revelam a presença histórica da ‘crise’ na origem do fluxo migratório – com a conotação de uma ‘migração forçada’ – e requerem instrumentos jurídicos no país de destino para o enfrentamento da ‘crise’ migratória atribuída ao país de origem, mas que revela também a crise na sociedade receptora, despreparada para enfrentar essa imigração (Baeninger; Peres, 2017, p. 122).

Assim, percebemos que a migração de crise é parte integrante de uma contemporaneidade globalizada, pautada pelo neoliberalismo, na qual as sociedades buscam uma incessante produtividade e são focadas na força econômica, cultural, social e linguística e na determinação do capital. Porém, quando falamos de migrantes de crise num contexto migratório sul-sul, estamos trazendo à tona, também, sociedades periféricas e colonizadas, cujas histórias são de exploração e expropriação, ou seja, de “crises” constantes. Esses migrantes estão mais propícios a viverem fora da proteção e amparo social, tornando-se mais vulneráveis e propensos ao assujeitamento do discurso de ódio e da xenofobia. Contudo,

Baeninger (2018) destaca que esses sujeitos – migrantes de crise – têm direito à tríade de migrações seguras-ordenadas-regulares, isto é, o direito de migrar deve ser assegurado, ordenado e regulado para e com o migrante. Para a autora,

A garantia dos direitos humanos e o direito a migrar deve acompanhar a trajetória desses sujeitos migrantes nos diferentes espaços que recorrem para sua reprodução social. O Estado necessita reconhecer a presença migrante com o acesso dessa população ao conjunto de serviços públicos que substanciam seus direitos, garantindo assim a tríade segura/ordenada/regulada (Baeninger, 2018, p. 19).

O direito de migrar deve levar em consideração os mais vulneráveis, garantindo acesso aos serviços básicos e aos direitos de cidadão, portanto, ao abordarmos a migração de crise e seus sujeitos, devemos falar de respostas humanitárias do Estado, assim como no estabelecimento de políticas públicas específicas e que incluem, de fato, o migrante de crise na sociedade receptora.

Nesse aspecto, a oferta de ensino da língua da sociedade receptora pode ser considerada uma política pública de acolhimento e inserção do migrante na sociedade e aqui colocamos ênfase no verbo modalizador, pois concordamos com Lopez (2018, p. 148), no sentido de que

É preciso considerar, ainda, que a língua pode não ser o único ativo que o imigrante em situação de vulnerabilidade precisa para superar tal circunstância, por isso há a necessidade de políticas públicas adequadas para a recepção e para o auxílio a esses indivíduos. A esse respeito, reiteramos as palavras de Oliveira e Silva (2017) para quem a problemática da questão “não está em querer que os imigrantes aprendam a língua oficial, pois, repetimos, essa é uma política indispensável e também um direito deles, mas em ver tal aprendizagem como a única política linguística possível.

Com isso, entendemos que o ensino da língua pode funcionar como um “recurso de agentividade” (Lopez, 2018) para o migrante de crise e, por isso, trazemos aqui a importância de se pensar um ensino de língua que acolha o migrante com e através da(s) língua(s).

O Português como Língua de Acolhimento (PLAc) nasce no contexto português, no âmbito do programa Portugal Acolhe. A perspectiva entãoposta era a de necessidade do aprendizado na língua portuguesa, com base em uma

perspectiva multicultural liberal que desconsidera “[...] as relações de poder que constituem as relações entre culturas, tornando umas hegemônicas, e outras subalternizadas” (Anunciação, 2018, p. 52). Nesse sentido, trazemos aqui uma visão brasileira de PLAc, que é inclusiva e reflete sobre as relações de despossessão (Butler; Athasiou, 2013) e alteridade presentes na relação ensino-aprendizagem, na qual a tríade proposta por Baeninger (2018) insere a vontade do sujeito migrante. Estudos que tratam e abordam PLAc são de extrema importância no nosso contexto atual para que possamos consolidar uma visão brasileira dessa política – não única - de inserção social e por isso é necessária uma visão multifatorial, tal como nos apresenta Bizon (2013 *apud* Lopez; Diniz, 2019). O PLAc é compreendido como uma ramificação da subárea de Português como Língua Adicional (PLA), que faz parte da Linguística Aplicada e se dedica à pesquisa e ao ensino do português para migrantes, especialmente aqueles que são deslocados forçados e se encontram em situações de vulnerabilidade, tendo como objetivo principal uma maior produção e circulação de saberes linguístico-discursivos, visando contribuir para a democratização das mobilidades e multiterritorialidades, ao mesmo tempo em que se enfrenta a “reterritorialização precária”. Além disso, destaca-se que o PLAc é uma especialidade transdisciplinar, que requer diálogo contínuo com diversas áreas do conhecimento, como Antropologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Direito, Geografia, História, Linguística, Psicologia, Psicanálise e Relações Internacionais, assim como com entidades da sociedade civil.

Qual método adotamos

O trabalho que apresentamos aqui é fruto de uma pesquisa exploratória, com o objetivo de conhecer os trabalhos acadêmicos realizados na área e que tinham como palavra-chave o termo PLAc. A pesquisa foi feita para entender o volume de produções na área, assim como, onde e quando elas foram realizadas, e a temática envolvida.

No ano primeiro semestre de 2023, buscamos, então, no catálogo de teses e

dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>), trabalhos com o termo de busca “português como língua de acolhimento” e, como parâmetro temporal, determinamos os trabalhos depositados/ defendidos entre 2002 e 2022.

A partir deste levantamento, tabulamos os trabalhos encontrados a partir dos seus títulos, local e ano de defesa, resumo e palavras-chave. O total de 34 trabalhos encontrados no termo de busca não foram separados entre teses e dissertações, pois esse não era o intuito, mas sim determinar a produção acadêmica geral.

Com base nessas informações, categorizamos as palavras-chave; para tanto, utilizamos a análise de conteúdo para tabulá-las, conforme foram apresentadas nos trabalhos acadêmicos. Campos (2004) sumariza as etapas da análise de conteúdo em três momentos: I. Fase pré-exploração do material ou de leituras flutuantes; II. Seleção das unidades de análise; e III. Processo de categorização e subcategorização. Nesta última etapa, o autor salienta que o pesquisador pode definir as categorias de forma apriorística ou não apriorística, ou seja, ele pode saber de antemão as categorias ou elas vão emergindo conforme aprofundamento da fase I. Cabe destacar aqui, que, conforme Campos (2004, p. 614),

A verdade é que não existem fórmulas mágicas que possam orientar o pesquisador na categorização, e que nem é aconselhável o estabelecimento de passos norteadores. Em geral, o pesquisador segue seu próprio caminho baseado nos seus conhecimentos teóricos, norteado pela sua competência, sensibilidade, intuição e experiência.

Assim, as categorias por nós determinadas estão relacionadas a um campo semântico determinado por nós. Dessa maneira, definimos seis categorias: línguas, formação docente e ensino, refúgio, teorias, políticas públicas e outros. Nesta última categoria, foram elencadas palavras-chave que não tinham relação com nenhuma das outras categorias estabelecidas. Em cada categoria, elencamos as palavras-chave dispostas pelos autores dos trabalhos e, inclusive, incluímos as repetições dos termos, sendo os termos “português como língua de acolhimento” ou “PLAc” os mais repetidos por questões evidentes.

Para a categoria língua, incluímos todas as palavras-chave que apresentavam

este termo e/ou fosse relacionadas a ele, como o nome de uma língua específica; da mesma forma, foi estabelecido o critério da categoria refúgio e teorias. A categoria de formação docente e ensino está vinculada ao tema relativo à educação básica. Para a categoria políticas públicas foram incluídas palavras que versam sobre determinadas questões ou estipuladas por parâmetros especificados por agentes externos, como o Estado e instituições públicas ou não.

A seguir, apresentamos nossa análise.

A que resultados chegamos

Como informado no item 2, fizemos uma busca no espaço temporal de 2002 a 2022. Tal data foi estabelecida como início, pois, como explicado anteriormente, o termo PLAc começa com o programa Portugal Acolhe, que foi iniciado em 2001 e, portanto, gostaríamos de saber se há trabalhos que já abordavam a temática. Porém o primeiro trabalho informado no banco é de 2016, como podemos ver no gráfico 1:

Gráfico 1 – Ano de defesa de teses e/ou dissertações



Fonte: Autoria própria.

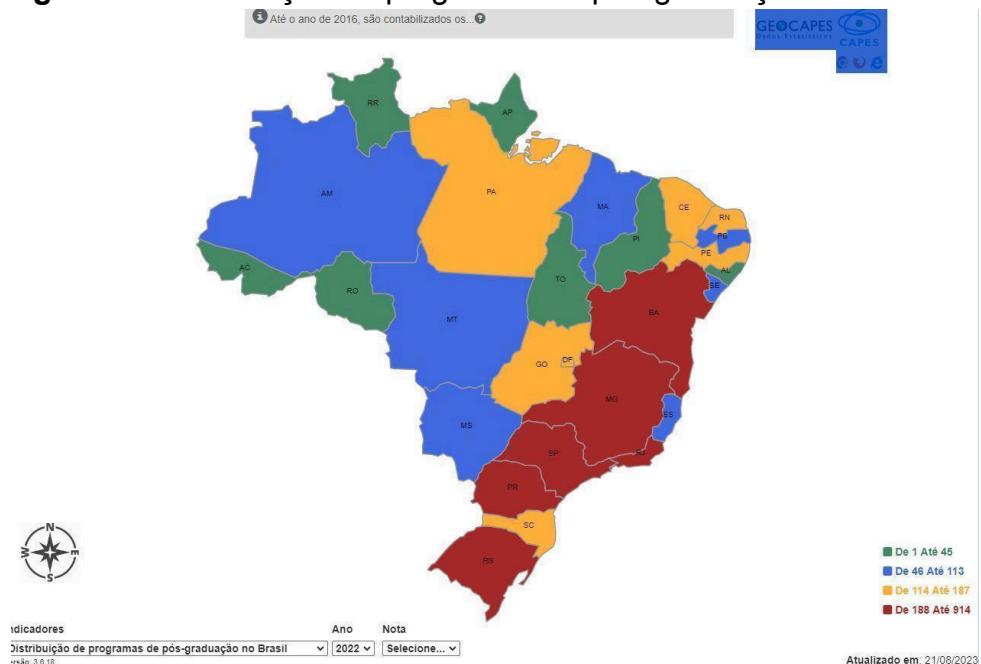
Observa-se, claramente, um aumento gradativo na defesa de trabalhos com a temática de PLAc, com um declínio esperado durante a pandemia. Esse aumento

mostra a importância do campo e o interesse de pesquisadores em aprofundar um conhecimento da área, valorizando, assim, uma perspectiva brasileira de PLAc, tal qual apontamos acima.

Cabe notar, também, que esse gradativo aumento reflete o aumento da presença de migrantes de crise no nosso contexto social, principalmente com a chegada maciça de venezuelanos a partir de 2017 e o início da estratégia de interiorização da Operação Acolhida, iniciada em 2018. Sendo assim, observamos que as pesquisas realizadas nesse contexto são refletidas com defesas a partir de 2018 e seu respectivo aumento.

No gráfico 2, apresentamos as universidades que tiveram mais pesquisas defendidas nesse período de tempo. Aqui compreendemos a disparidade de oferta de programas de pós-graduação no Brasil. Conforme dados do Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes, o maior número de programas de pós-graduação no Brasil encontra-se na região Sudeste e Sul, tendo a Bahia como o único Estado fora destas regiões com um grande número de programas, conforme podemos verificar na figura 1.

Figura 1 – Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil em 2022.



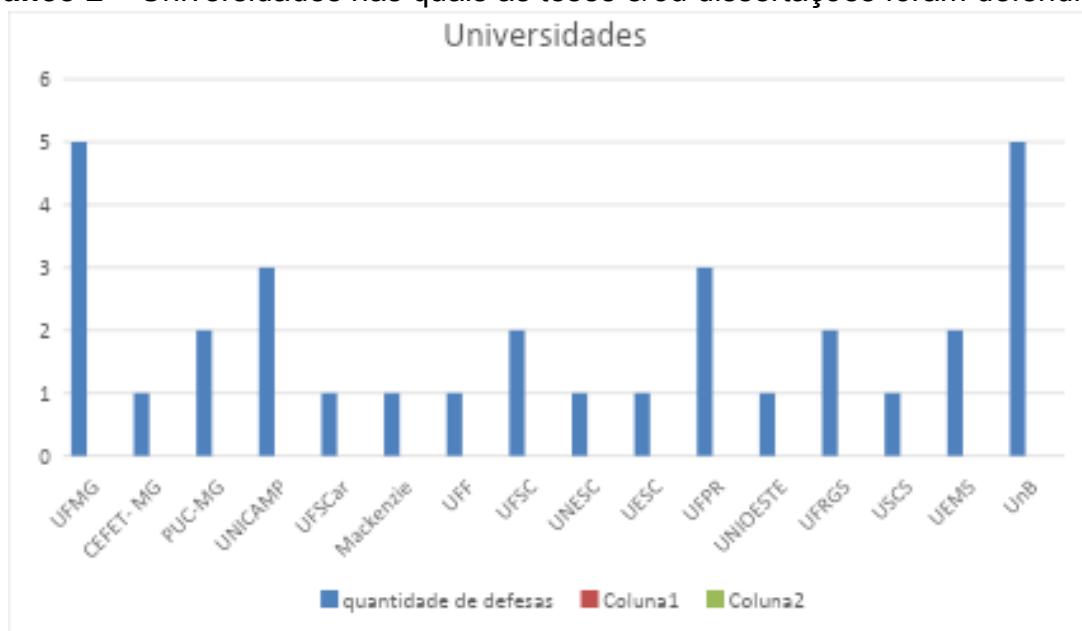
Fonte: Capes (2023).

Os números apresentados não distinguem o status jurídico da instituição (pública ou privada), nem as áreas ou o grau, mas algo que nos chama atenção é o fato de que o Estado brasileiro que mais recebeu migrantes de crise nos últimos anos (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023), o Estado de Roraima, é um dos que tem até 45 programas de pós-graduação, porém somente um na área de Letras e Linguística. Desta forma, podemos considerar que pesquisadores desta região que queiram fazer pesquisas com dados locais têm pouca chance de fazer e defender pesquisas no próprio Estado.

Aprofundando um pouco mais os dados apresentados, quando trabalhamos com a temática de PLAc, é possível considerar que a maior parte das pesquisas realizadas são feitas em programas da área de Letras e Linguística. Dentre os Estados fronteiriços – com fluxo constante de população migrante em geral – somente Paraná e Rio Grande do Sul apresentam grandes números de programas, sendo, respectivamente, 17 e 15 da área de Linguística, Letras e Artes. O Estado que mais concentra programas de pós-graduação nesta área é São Paulo, com um total de 43 programas. Contudo, mesmo com uma grande quantidade de programas, não observamos um número grande de trabalhos defendidos no Estado.

No gráfico 2, podemos observar que a maioria de teses e dissertações com estudos sobre PLAc se concentra no Estado de Minas Gerais, com 8 trabalhos no total. Dado esse que contrasta com o número de migrantes registrados nos municípios, apresentados na figura 2, na qual não consta nenhuma cidade de Minas Gerais.

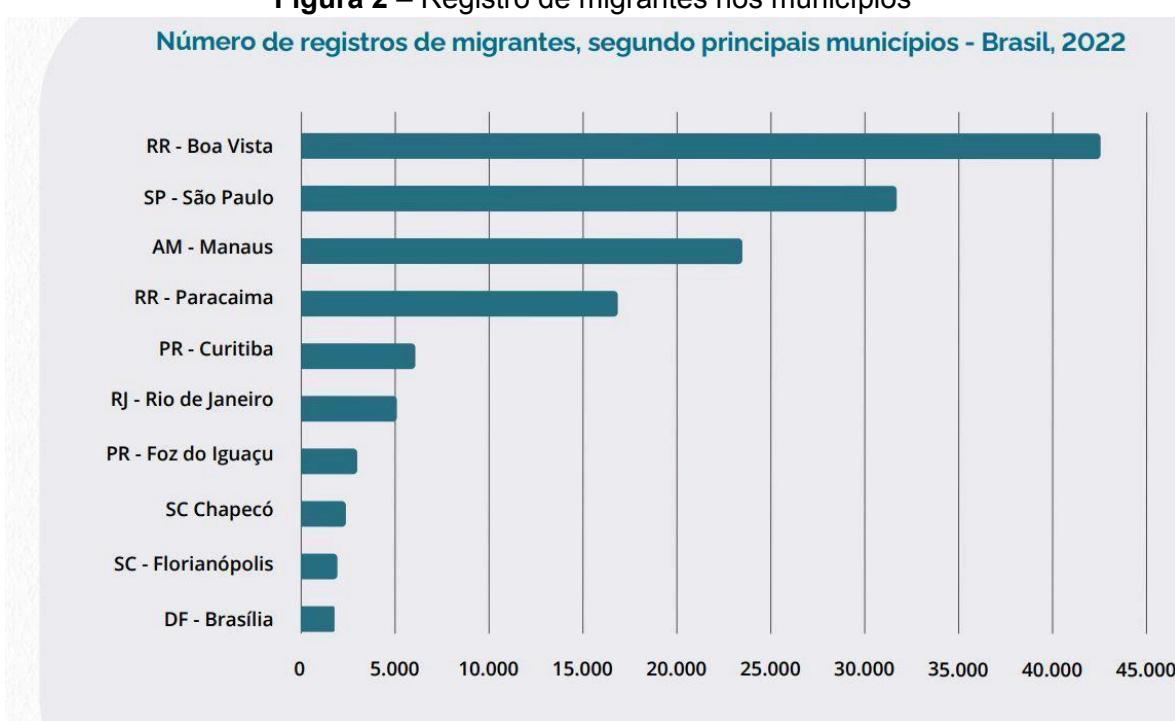
Gráfico 2 – Universidades nas quais as teses e/ou dissertações foram defendidas



Fonte: Autoria própria.

Figura 2 – Registro de migrantes nos municípios

Número de registros de migrantes, segundo principais municípios - Brasil, 2022



Fonte: Cavalcanti, Oliveira e Silva (2023).

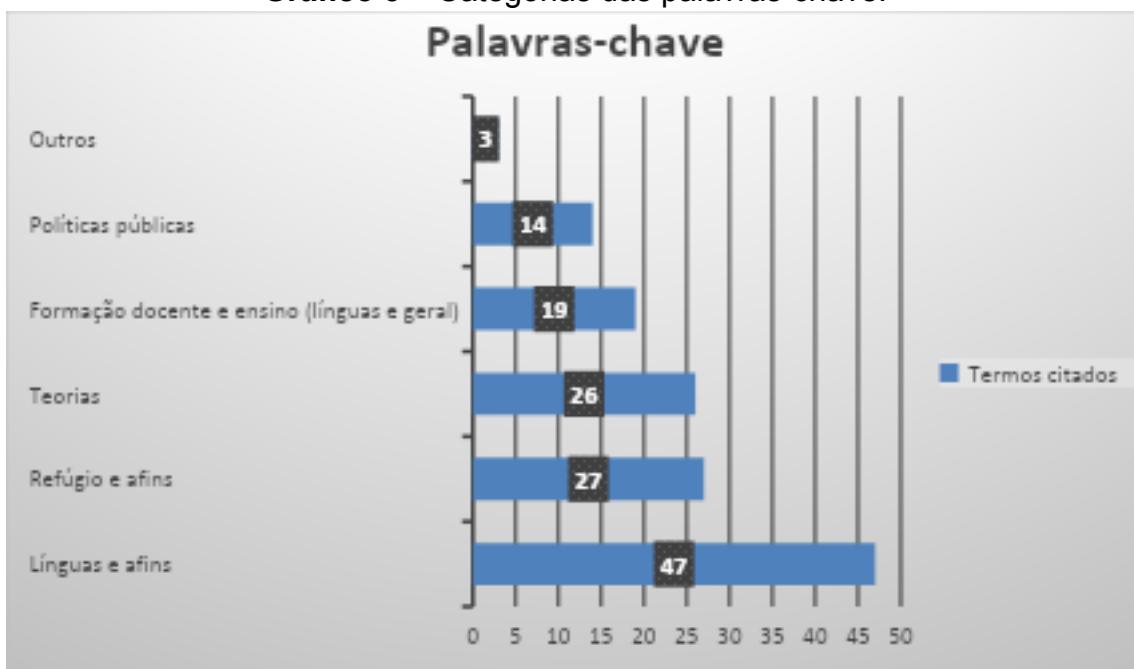
Podemos inferir, com os dados acima, que Minas Gerais está se tornando um polo epistemológico quando tratamos de PLAc, mesmo com presença não tão

massiva de migrantes, como os dados censográficos revelam. Porém, cabe destacar que a baixa presença de programas de pós-graduação na área de Linguística, Letras e Artes em Roraima pode ter como efeito a diminuição de pesquisas em PLAc, pois o Estado em que mais há migrantes, ou seja, onde há mais dados, não conta com uma diversidade de programas, sendo muito oneroso para os pesquisadores se deslocarem para efetuar suas pesquisas. E isso também pode ser refletido na formação de docentes mais qualificados, que atendem um público em idade escolar, que é o maior número de migrantes que temos. Assim, acreditamos que, para que políticas públicas sejam feitas eficazmente, pesquisas *in loco* devem ser feitas e, sobretudo, com pesquisadores que conheçam a realidade para, de fato, conquistar a tríade de migrações seguras-ordenadas-regulares (Baeninger, 2018).

Outro aspecto que podemos observar é que, conforme Cavalcanti, Oliveira e Silva (2023), a maioria dos migrantes está na região Sul, vinculados a algum trabalho; porém, os trabalhos desenvolvidos em PLAc estão mais localizados na região Sudeste. É interessante notar o protagonismo da região Sudeste nas pesquisas na área, o que coincide com a região com maior número de programas de pós-graduação, contudo, com o público receptor de políticas públicas envolvidas com PLAc um pouco menor do que da região Sul ou do Estado de Roraima. Desta forma, resta-nos questionar se a diversidade de público migrante está sendo considerada ou vemos um PLAc regionalizado e localizado em especificidades. Será que há possibilidades de versões diferentes de se pensar PLAc no Brasil, a partir de contextos diferentes? Há perspectivas diferentes de PLAc conforme o contexto, ou será possível generalizar?

Tais inferências podem ser tomadas quando analisamos o gráfico 3. Ele nos mostra que o uso de palavra-chave no contexto linguístico é prioritário nos trabalhos apresentados. Há 47 ocorrências relacionadas às línguas, demarcando a grande área de pesquisa, consolidando a temática de PLAc em Linguística, Letras e Artes. Porém, nos chama a atenção a baixa incidência de termos relacionados à formação docente e políticas públicas, ambos muito próximos à temática das línguas.

Gráfico 3 – Categorias das palavras-chave.



Fonte: Autoria própria.

A formação docente é fundamental para pensarmos PLAc e suas práticas pedagógicas, pois, segundo Reinoldes (2022, p. 152):

[...] é através dela (formação de professores) que as práticas pedagógicas são construídas de maneira mais consciente, crítica e com uma ação social mais fortalecida. Ainda que não seja em formação inicial, a formação continuada permite que os próprios professores tragam e compartilhem, em um espaço seguro, seus anseios, dificuldades e desafios.

Neste aspecto, consideramos que falar de formação docente em sentido ampliado, abordando noções emergentes e de maneira decolonial, é refletir sobre políticas públicas que incluem migrantes de crise de fato, tal como apregoado por Baeninger (2018).

Breves considerações

Neste trabalho, pudemos verificar que as pesquisas sobre PLAc no Brasil são ainda um fenômeno recente – menos de 10 anos – e que a temática está se

consolidando em uma perspectiva brasileira, diferenciando completamente da visão portuguesa de PLAc. Além disso, pudemos constatar que essa produção se concentra em um espaço geográfico específico, que não corresponde diretamente ao número de migrantes desta região. Ademais, a má distribuição de programas de pós-graduação na grande área de Linguística, Letras e Artes preconiza a realização de pesquisas geolocalizadas, o que pode omitir algumas questões específicas e urgentes de migrantes de crise que estão em uma outra região.

Sabemos da lacuna desta pesquisa específica e que aqui fizemos um recorte pontual de palavras-chave, pois, como indexadoras, elas fazem um papel de vinculação e de mapeamento das pesquisas. Outros pontos devem ser levados em consideração, como o público, o viés teórico-metodológico, entre outros, para assim determinarmos qual é o conceito brasileiro de PLAc e quais são as suas vinculações.

Além disso, devemos refletir sobre o papel de PLAc como política pública. Será que as pesquisas realizadas analisam exclusivamente sob sua perspectiva linguística? Qual o caráter prático e resolutivo de pesquisas em PLAc?

Pensar em PLAc no Brasil ainda é algo recente, necessitando de mais pesquisas e uma ampliação do escopo regional, para termos acesso a realidades diferentes e desta forma contribuir de maneira mais assertiva na elaboração de políticas públicas.

Referências

ANUNCIAÇÃO, R. F. M. A língua que acolhe pode silenciar?: reflexões sobre o conceito de ‘português como língua de acolhimento’. *Revista X*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 35-56, out. 2018. DOI: DOI: <https://doi.org/10.5380/rvx.v13i1.60301>.

BAENINGER, R. Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do sul. In: BAENINGER, R.; BÓGUS, L. M.; MOREIRA, J. B.; VEDOVATO, L. R.; FERNANDES, D. M.; SOUZA, M. R.; BALTAR, C. S.; PERES, R. G.; WALDMAN, . C.; MAGALHÃES, L. F. A. (org.). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2018. p. 17-22.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 119-143, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>.

BUTLER, J.; ATHANASIOU, A. *Dispossession: the performative in the political.* Cambridge: Polity Press, 2013.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: uma ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Concessão de bolsas de pós-graduação da Capes no Brasil em 2023.* Brasília, DF: Capes, 2023. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. *Dados consolidados da imigração no Brasil 2023.* Brasília, DF: OBMigra, 2023. (Série Migrações). Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *EchoGéo*, Paris, n. 2, p. 1-11, 2007. DOI: 10.4000/echogeo.1696

LOPEZ, A. P. A. A aprendizagem de português por imigrantes deslocados forçados no Brasil: uma obrigação?. *Revista X*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 9-34, out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5380/rvx.v13i1.60301>.

LOPEZ, A. P. A.; DINIZ, L. R. A. Iniciativas jurídicas e acadêmicas para o acolhimento no Brasil de deslocados forçados. *Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira*, Natal, v. 9, jan. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39826872/Iniciativas_Juridicas_e_Academicas_Brasileiras_para_o_Acolhimento_de_Imigrantes_Deslocados_For%C3%A7ados. Acesso em: 4 jan. 2024.

NOIN, Daniel. Gildas Simon Géodynamique des migrations internationales dans le monde. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Paris, v. 11, n. 3, p. 223–224, 1995.

REINOLDES, M. Eu, professora de PLAc: um percurso na encruzilhada do esperançar. In: VIEIRA, A. D.; LIBERALI, F. C. (org.). *Português para imigrantes: denunciando injustiças sociais*. Campinas: Pontes, 2022. p. 145-158

SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; SILVA, S.; TONHATI, T.; COSTA, L. F. Observatório das migrações internacionais. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Forced displacement in 2022: global trends.* Genebra: UNHCR, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends>. Acesso em: 4 jan. 2024.

Recebido em: 29 dez. 2024.
Aprovado em: 07 jun. 2025.

Revisor(a) de língua portuguesa: Rafaela Cristine Merli

Revisor(a) de língua inglesa: Lucas Ricci

Revisor(a) de língua espanhola: Beatriz Grenci

